

O SNI não se intimida com as ameaças de sua extinção

Alvo predileto do presidenciável Fernando Collor (PRN), o Serviço Nacional de Informações (SNI) completa 25 anos de existência obscura na próxima terça-feira, sem se intimidar com ameaças. Segundo os militares do setor, se eleito presidente Collor precisará de maioria no Congresso para derrubar a Lei nº 4.341, assinada em 1964 pelo ex-presidente Castello Branco para dotar o regime militar de um serviço de inteligência.

Com ou sem grampo, os militares

acreditam que o SNI é um organismo necessário a qualquer regime, mesmo o de um hipotético governo Collor. Sobre as promessas de acabar com o Serviço, o comentário do setor é que Collor aproveitou-se dos erros passados do SNI, quando o órgão literalmente bisbilhotava a vida alheia, para ganhar apoio popular. "Hoje não se faz mais isso", garantiu diversas vezes o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, esquecendo-se talvez do fichário que mantém à disposição do presidente com

tudo sobre a vida e tendência ideológica de mais de 10 mil personalidades públicas. Um militar do setor justifica a existência do fichário da mesma forma que um comerciante que tem horror a cheque sem fundo: "Se você vai a uma loja comprar a crédito, o dono da loja tem direito a saber se o cliente está sujo na praça. Se estiver, nada feito".

Mesmo assim, nem sempre o presidente respeitou as opiniões do SNI, que de nada valeram, por exemplo, para impedir a nomeação de Aníbal Tei-

xeira para ministro do Planejamento. Sarney ignorou os apelos do general Ivan e só demitiu Aníbal quando as denúncias de corrupção atingiram proporções gigantescas.

A opção de mudança do SNI está no Artigo 5º da nº Lei 4.341, que estabelece que o chefe do Serviço pode ser um civil, condição que os militares preferiram tornar letra morta para garantir sua própria participação em pontos estratégicos do governo.

Bartolomeu Rodrigues/AE